

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO. *de* eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 17 - N.º 1 - JAN./JUN. 1997

TRANSFORMAÇÕES NA REDE URBANA: O EXEMPLO DA AMAZÔNIA*

Miguel Angelo Ribeiro**

“O lugar é parte do mundo, e desempenha um papel em sua história” (Santos, 1988, p. 35)

RESUMO

No Brasil, um dos laboratórios de pesquisa sobre rede urbana é constituído pela Amazônia que, a partir da década de 1960, tem passado por transformações radicais nos diferentes tipos de rede que recobrem a região. Tais mudanças estavam atreladas à apropriação capitalista da fronteira, intensificada pela atuação sucessiva de medidas oficiais.

Com efeito, a rede urbana preexistente, que apresentava um padrão dendrítico, sofreu transformações em várias direções, seja na forma, nas funções, no papel das cidades, nas interações espaciais que se tornaram mais complexas, seja no tamanho funcional das cidades, originando complexas redes nas quais cada centro passou a desempenhar múltiplos papéis.

Nesse contexto, este estudo procura identificar as características e transformações ocorridas na rede urbana amazônica, comparando-se dois momentos distintos do tempo: os anos de 1960 e 1991.

UNTERMOS: Rebe Urbana/Amazônia.

* Trabalho apresentado na Comunicação Coordenada “A Cidade e o Lugar”, do Encontro Internacional “O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo”, realizado na USP em outubro de 1996.

O autor expressa agradecimentos ao geógrafo Carlos Alberto Franco da Silva no que se refere às discussões, trocas de idéias e leitura crítica na elaboração deste artigo. As eventuais imperfeições verificadas e conceitos emitidos são de inteira responsabilidade do autor.

** Pesquisador Titular – DEGEO – IBGE/Doutorando em Geografia-UFRJ.

I

No mundo atual a centralização/concentração do capital, da riqueza, da produção, de pessoas e do poder é reflexo e condição de processos sociais complexos e multidimensionais, formando um verdadeiro caleidoscópio envolvendo produção, circulação e distribuição de bens e serviços que, através da divisão territorial do trabalho, tem como uma de suas bases fundamentais a rede urbana.

Na expressão de Corrêa (1989, p. 48) “a rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho”. Na realidade, é um reflexo a partir da escolha que o capitalismo faz de determinados lugares e regiões, atribuindo às cidades que constituem a rede uma hierarquia e uma especialização funcional. Por outro lado, é também condição, pois através da rede urbana viabiliza-se a reprodução das condições de produção e apropriação do excedente em diferentes áreas, bem como da circulação do valor entre elas e o consumo de mercadorias nelas.

A criação, a apropriação e a circulação do valor excedente pressupõem fluxos contínuos de pessoas, bens e serviços, de decisão e investimentos, fluxos que se realizam no âmbito de uma rede urbana internamente diferenciada. Ao circular na rede o valor excedente criado é apropriado em diversos pontos e reinvestido em outros, resultando em fluxos reveladores de um padrão de desenvolvimento desigual em função de um movimento de “ida e volta” (balanço) do capital. Para Smith (1988) a dinâmica espacial do capital pressupõe o direcionamento para onde a taxa de lucro seja a maior possível. Essa mobilidade acarreta o desenvolvimento de áreas com altas taxas de lucro, enquanto aquelas áreas onde o capital não investe, devido às taxas de lucro baixas, tornam-se pobres ou estagnadas. Browett (1984) comenta que as desigualdades na organização espacial são inevitáveis e resultam de tendências inerentes ao sistema capitalista, enquanto para Walker (1978) a instabilidade de permanência de lugares na rede e a não-inclusão de algumas áreas resultam da dinâmica do capital, que momentaneamente utiliza determinados lugares em detrimento de outros que funcionam como excedentes diante das necessidades de acumulação. Na verdade, o capital cria invariavelmente para ele próprio, no processo de generalização geográfica e na formação da rede urbana, uma nova “reserva de lugares” de maneira análoga ao exército industrial de reserva.

Em suma, a rede urbana constitui uma forma espacial através da qual se realiza a criação, a apropriação e a circulação do excedente sob a égide do capitalismo e de suas contradições socioespaciais, além de refletir e condicionar a realização do ciclo do capital (Harvey, 1980). Por fim pode-se afirmar que a rede urbana tende a ser alterada em sua forma e função, visto que sua dinâmica depende dos atores que geram e controlam a rede, além da posição de cada um deles com relação aos fluxos que circulam e são comunicados na rede. Tais fluxos manifestam a prática social dos atores e suas estratégias de gestão territorial, na qual a rede urbana passa a ser o *locus* de múltiplas redes técnicas e sociais, cada uma organizada de modo específico.

O estudo das redes tem despertado atualmente profundo interesse para os geógrafos, e seu entendimento e suas relações levam a pontos comuns que poderiam ser ressaltados de forma resumida, a saber:

1. A organização espacial se revela, de um lado, a partir de elementos fixos constituídos como resultado do trabalho social, e, de outro, através dos fluxos que garantem as interações entre os fixos. Fixos e fluxos originam as redes.
2. As redes se materializam ou não no espaço, onde ocorrem fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações.
3. A diferenciação dos fluxos segundo níveis, intensidades e orientações está ligada a uma mais complexa divisão do trabalho e maior diversificação e complexidade dos objetos e das ações engendradas socialmente.
4. O fenômeno de globalização, estágio maior da internacionalização do capital, implica uma expansão das redes de circulação e da comunicação, responsáveis por novas hierarquias e especializações.
5. Existem numerosas, complexas e desiguais redes geográficas que tornaram a organização espacial caleidoscopicamente fragmentada e articulada de modo globalizado.
6. Os lugares e os indivíduos participam do sistema-mundo, só que em graus diversos, e só aqueles mais importantes e hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios articulados em redes globais.
7. Há uma simultaneidade de redes, que se manifestam, sobretudo, numa complexa rede urbana, na qual os centros podem assumir papéis

diferenciados, especializados e/ou hierarquizados, e, conseqüentemente, com diferentes fluxos.

II

No Brasil, um dos laboratórios de pesquisa sobre rede urbana é constituído pela Amazônia que, a partir da década de 1960, tem passado por transformações radicais nos diferentes tipos de rede que recobrem a região. Tais mudanças têm estado atreladas à apropriação capitalista da fronteira, intensificada pela atuação sucessiva de medidas oficiais, tais como o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais (Polamazônia), o Programa Grande Carajás (PGC) e, principalmente, à implantação dos grandes projetos incentivados pela SUDAM. Combinados com outros fatos importantes como a criação da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) com estabelecimento de uma infra-estrutura de grandes eixos, calcada no sistema rodoviário e na rede de telecomunicações, estes projetos garantiram a integração física da Amazônia à dinâmica capitalista nacional e à internacional.

De um modo geral, as políticas territoriais implantadas na Amazônia tinham como foco principal a cidade. Com efeito, a rede urbana preexistente, que apresentava um padrão dendrítico, sofreu transformações em várias direções, seja na forma, nas funções, no papel das cidades, nas interações espaciais que se tornaram mais complexas, seja no tamanho funcional das cidades, originando complexas redes nas quais cada centro passou a desempenhar múltiplos papéis. Essas novas redes se formaram:

- minimizando secções da antiga rede;
- superpondo redes antigas e novas;
- justapondo redes novas e antigas; e
- garantindo a permanência de secções (partes) da rede preexistente.

Em síntese, a rede urbana amazônica em 1960 apresentava as seguintes características, segundo Corrêa (1991, p. 254-71):

1. padrão espacial predominantemente dendrítico – localização ribeirinha dos centros urbanos, orientados pela rede fluvial. Ocupação dos vales do Madeira, Purus, Juruá, no Amazonas; do Tocantins, no Pará e norte do antigo Estado de Goiás; a calha principal – Solimões/Amazonas –, até a sua foz; além de núcleos maranhenses, localizados nos vales do

Itapecuru e Mearim e aqueles centros urbanos do Mato Grosso, situados às margens dos afluentes do Paraguai. Exceção feita à Zona Bragantina, área mais densamente urbanizada da Amazônia e imediatamente subordinada à Belém, na qual os centros urbanos estavam direcionados em função da ferrovia, em terra firme, funcionando inicialmente como colônias agrícolas;

2. desmensurada primazia de Belém, metrópole regional;
3. demais centros urbanos com expressão relativamente pequena, retratando a sua longa história colonial, com origem no início do século XVII e apresentando distribuição desigual, refletindo a acumulação desigual dos efeitos das diferentes etapas do processo de valorização econômica da Região – São Luís, Manaus, Cuiabá, Santarém, Macapá, Cametá, Óbidos, Itacoatiara, Tefé, entre outros;
4. por fim, apresentava limitada malha de articulação regional de produtos extrativos e agropecuários; poucos produtos industrializados e precário relacionamento entre os centros. Os vínculos maiores eram em direção a Manaus, Belém, São Luís e Cuiabá e, a partir de tais centros, os produtos eram distribuídos para o centro-sul do País, via fluvial e cabotagem e para o exterior.

Diante das transformações ocorridas a partir dos anos 60, decorrentes das políticas territoriais do Estado para a Amazônia, cabe questionar como se encontra organizada a Rede Urbana na Fronteira nos dias atuais. Para responder a questão tomou-se como referência a pesquisa desenvolvida por Ribeiro (1994), que identificou através de evidências empíricas as seguintes características da Rede Urbana Amazônica:

1. De um modo geral, ocorreu uma ruptura do tradicional padrão espacial dendrítico, com localização dos centros em “terra firme” (rodovia), em detrimento da “beira” (rio). Os núcleos urbanos assentam-se, agora, de acordo com a malha rodoviária programada pelo Estado, superando-se a rede urbana dendrítica preexistente. Sua multiplicação em “terra firme” veio influenciar intensamente o meio natural, principalmente no tocante às novas formas de utilização dos recursos naturais, seja através da expansão da agropecuária modernizada, seja pela exploração mineral.

Os núcleos multiplicam-se ao longo da rodovia Belém-Brasília (BR-010/BR-153), ao norte do Tocantins, leste do Pará e sudoeste do Maranhão; da PA-150, no sudeste do Pará; da BR-163, ao norte de Mato Grosso; da Transamazônica (BR-230), no Pará e da BR-364, em direção a Porto Velho, em Rondônia.

O padrão espacial da rede atual é complexo, resultante da acumulação de diferentes padrões que foram ora superimpostos, ora justapostos, mas não resultantes de um processo aleatório.

2. Urbanização concentrada principalmente nas capitais estaduais.

À guisa de exemplo, com exceção de Palmas no Tocantins, todas as capitais estaduais apresentam população superior a 100.000 habitantes, além das cidades de Imperatriz (MA), Santarém (PA) e Marabá (PA).

3. Ascensão de Manaus como metrópole da Amazônia Ocidental e quebra do papel hegemônico de Belém. Revalorização da cidade de Manaus, através dos incentivos provenientes da SUDAM e a presença da SUFRAMA, incrementando o setor industrial pela implantação de um enclave de importação/exportação. A importância e a emergência de Manaus iniciam-se a partir do final da década de 60, tornando-a o pólo hegemônico do setor secundário na Região (Ribeiro, 1992).

4. Revigoreamento de centros urbanos tradicionais em decorrência da abertura de novas rodovias, exemplificados por Vilhena, Pimenta Bueno e Porto Velho, localizados às margens da BR-364, em Rondônia; por Marabá, Altamira e Itaituba, no Pará e Humaitá, no Amazonas – cortados pela Transamazônica e por Cuiabá, entroncamento rodoviário que liga a Amazônia ao centro-sul do País e Araguaína, no Tocantins, servida pela Belém-Brasília;

5. Criação de novos núcleos de povoamento, em sua maioria não ribeirinhos, muitos deles resultantes de diferentes processos, exemplificados a seguir:

5.1. núcleos que surgiram da valorização fundiária e pastoril (sobretudo na parte oriental do Pará), pela necessidade de abrigar a força de trabalho rural, caso de Mãe do Rio, Dom Eliseu, Rio Maria e Xinguara, no Pará;

5.2. alguns núcleos ligados aos grandes projetos de mineração (verdadeiras *company-towns*), tais como Porto Trombetas (Mineração Rio Norte SA), em Oriximiná; Monte Dourado (vila pertencente ao Município de Almeirim), do Projeto Jari; Carajás, localizado no

Município de Marabá, da Companhia Vale do Rio Doce; além dos antigos núcleos livres, hoje elevados à condição de municípios, como Parauapebas e Curionópolis, próximos a Carajás. Todos esses projetos estão localizados no Estado do Pará;

- 5.3. núcleos urbanos criados como centros de apoio à colonização agrícola que se realizou próximo às suas hinterlândias, tais como Jaru, Colorado, Rolim de Moura, Alvorada d'Oeste, Cerejeiras, localizados na BR-364 ou em rodovias transversais a ela, em Rondônia; Uruará e Presidente Médici na Transamazônica, no Pará; ou Alta Floresta, Matupá e Peixoto de Azevedo, localizados na porção norte do Mato Grosso na BR-163 ou em vias vicinais próximas;
 - 5.4. núcleos que surgiram em decorrência de empresas privadas de colonização, como Sinop e Colíder, no Mato Grosso, estando a primeira às margens da BR-163 e a outra na MT-320;
 - 5.5. finalmente, cabe referência àqueles centros criados em decorrência da implantação do Projeto Carajás da CVRD e do corredor de exportação da E.F. Carajás, que exerce influência sobre uma grande área, caso de Açailândia, Arame e Estreito, no Maranhão.
6. Os núcleos urbanos em sua maioria estão fortemente condicionados às atividades agrícolas e extrativas. No tocante à atividade industrial destacam-se a extração mineral e a transformação de produtos extrativos vegetais, principalmente da madeira, o que se pode entender como extensão das atividades agrícolas (Martine e Turchi, 1989).
7. Quanto aos fluxos intra e inter urbanos, verifica-se uma variação na quantidade e diversidade, havendo predomínio daqueles de alcance estadual, da ordem de 57,2%. Em seguida, destacam-se os fluxos nacionais (30,9%), cabendo ao Sudeste os maiores percentuais (12,6%), seguido do Nordeste (9,1%). No que concerne às atividades econômicas e seus respectivos produtos, predominam os fluxos agropecuários, que respondem por 45,6% dos relacionamentos, seguidos dos produtos industriais, com 29,8% e os extrativos vegetais com 18,4%. Na verdade, novos padrões de interação espacial verificam-se através de uma maior complexidade dos fluxos, que se apresentam mais intensos, diversificados e multidirecionados, ou seja, desigualmente espacializados

seguinte diferentes direções, reforçando a maior complexidade funcional (Corrêa, 1991).

III

As redes de fluxos que se realizam em uma sociedade, através das conexões materiais (sistemas de transportes) e não materiais (fluxos de capitais e mensagens diversas), revelam formas que podem ser traduzidas em padrões de conexões espaciais. Tais formas são resultantes das relações de dominação e complementaridade entre os centros – “decisões, investimentos e inovações circulam descendentemente dos grandes centros metropolitanos nacionais e globais para centros menores, transformando constante e desigualmente as atividades e a rede de cidades” (Corrêa: 1988, p. 109), nos quais práticas e inércias cristalizam, pelo menos durante um certo tempo, um padrão de funcionalidade da rede urbana.

Em resumo, o processo de inserção da Amazônia na rede nacional e mundial faz-se de modo desigual, em termos espaciais, acirrando a diferenciação urbana – através da complexidade funcional das cidades, com uma maior divisão territorial do trabalho –, criando e/ou readaptando velhas formas para novas funcionalidades ou marginalizando outras.

As transformações verificadas na Rede Urbana Amazônica ainda estão em curso, pois a fronteira, até hoje, está em processo de integração à economia nacional. Desse modo, a rede não está pronta e novos núcleos urbanos poderão surgir, enquanto outros serão revitalizados ou ainda poderão se tornar estagnados ou mesmo condenados ao desaparecimento.

ABSTRACT

In Brazil one of the laboratories of research on the urban network is constituted by the Amazon, which since the sixties has endured radical changes on the different types of network that cover the region. Those changes were linked to the border capitalist appropriation, reinforced by the successively official measures.

Indeed, an existing urban network which had a dendritic standard endured changes on various directions: either on the form, the functions, the cities role and the space interactions, which became more complex on the functional size of the cities, creating complex networks on which each center started to perform various roles.

On this context, this study aims to identify the features and changes occurred on the Amazon urban network, comparing two different times: the sixties and the year of 1991.

KEY WORDS: Urban Network/Amazon

RIBEIRO, Miguel Angelo. Transformações na rede urbana: o exemplo da Amazônia. *Boletim Goiano de Geografia*, 17(1): 63-72, jan./jun. 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWETT, John. On the necessity and inevitability of uneven spatial development under capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 8, n. 2, p. 155-76, 1984.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 50, n. 2, p. 107-24, 1988.
- _____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. 96p. (Série Princípios).
- _____. A organização urbana. In: *Geografia do Brasil – Região Norte*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 254-71, V.3.
- _____. *Origem e tendências da rede urbana brasileira: algumas notas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 10 p. (Mimeo).
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. 291p.
- MARTINE, George, TURCHI, Lenita. A questão da urbanização na Amazônia: realidade e significado. In: *C e T no processo de desenvolvimento da Região Amazônica*. 2. ed. São Paulo, 1989. p. 25-55. v. II (Estudos para o planejamento em ciência e tecnologia-3).
- MIOSSEC, Jean-Marie. La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. In: *L'espace géographique*. Paris: Doin Éditeurs, n. 3, p. 165-75, 1976.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269p.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. Considerações sobre a organização industrial da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 54, n. 3, p. 27-46, 1992.
- _____. *Amazônia: rede urbana, funcionalidade e estrutura produtiva*. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 60p. (mimeo).
- _____. *Dimensões da Rede Urbana da Amazônia*. Projeto de pesquisa de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. 81p (mimeo).
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. 124p.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Transformações na rede urbana: o exemplo da Amazônia. *Boletim Goiano de Geografia*, 17/(1): 63-72, jan./jun. 1997.

_____. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 190p.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. *A espacialidade das redes bancárias*. (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 63p. (Mimeo).

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

WALKER, R. A. Two sources of uneven development under advanced capitalism: spatial differentiation and capital mobility. *The Review of Radical Political Economics*. v. 10, n. 3, p. 28-36, 1978.